

Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu

Dão Lafões do dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte

--- Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, na vila de Carregal do Sal, no Auditório do Centro Cultural, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- Período de Antes da Ordem do Dia -----

--- 1 - Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 25/11/2019; -----

--- Período da Ordem do Dia -----

--- 1 - Apreciação da conformidade dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões com a alínea d) do nº 1 do artigo 23º dos Estatutos com a alínea b) do artigo 84º e com a alínea c) do nº 1 do artigo 90º da lei nº 75/2013 e com a tipologia de Órgãos assumida pela homologação do parecer CCDRC-DSAJAL de 06/08/2019; -----

--- 2 - Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 25 de novembro de 2019 e o dia 8 de junho de 2020, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

--- 3 - Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2019, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

--- 4 - Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2020, de acordo com a Informação de Serviço n.º 425/2020, de 8 de junho, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do nº 1 do artigo 23º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

--- 5 - Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2020, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

--- 6 - Análise, discussão e ratificação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da proposta de deliberação de submissão à Assembleia Intermunicipal, para ratificação na próxima sessão a realizar, a autorização de reprogramação do PPI 2020 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referentes aos anos de 2022, 2025 e 2026 para a aquisição de um “Sistema de integrado de videovigilância para a prevenção de incêndios florestais nas Comunidades Intermunicipais da Região de Coimbra e Viseu Dão Lafões”, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos

Assembleia Intermunicipal

artigos 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

--- 7 -Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 09 de novembro de 2019 e o dia 29 de maio de 2020, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 25 de novembro de 2019, de acordo com a Informação de Serviço nº 430/2020, de 8 de junho, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

--- Intervenção do Público -----

--- Realizada a chamada às dezassete horas, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados:-

--- José Gabriel Marques Pires; -----

--- Filipe Manuel Gonçalves Pacheco Pais; -----

--- Susana Alexandra Aires Leandro Almeida Cardoso; -----

--- José Manuel Afonso Rodrigues. -----

--- Verificando-se a existência de “quórum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Santos, declarou aberta a Assembleia.-----

--- Período de Antes da Ordem do Dia -----

--- Quanto ao **primeiro ponto do período de antes da ordem do Dia** – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 25/11/2019 -----

--- Em face da ausência de inscrições, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- De seguida o Senhor Presidente deu conhecimento à Assembleia Intermunicipal do teor do expediente recebido. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Custódio Rocha, cuja intervenção se transcreve: ----

--- “O Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelos seus Deputados em representação da Assembleia Municipal de São Pedro do Sul vem a esta Assembleia Intermunicipal e face ao que foi afirmado na Assembleia Intermunicipal em Vouzela, à data vinte e nove de abril de dois mil e dezanove, por um Deputado do PSD dizer o seguinte: o Senhor Deputado na abordagem sobre a requalificação da Estrada Nacional 16, entre as Termas de São Pedro do Sul e Vouzela, disse que o Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul não tinha aceite para a requalificação da Escola Secundária por parte do Estado de um milhão de euros, mas que agora foi obrigado a tal.-----

--- Queremos transmitir a esta Assembleia que em boa hora o Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul não aceitou a tal benesse por parte do Governo e explico porquê.

--- Para a referida requalificação da escola a câmara vai ser beneficiada não com o referido um milhão de euros, mas sim com 2.778.790,32€ assim subdividido: Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional, Programa Operacional Regional Centro 2020, 2.553.483,00€, Ministério da Educação 225.307,32€, o que perfaz o valor acima referenciado. -----

--- O Município de São Pedro do Sul 225.307,32 €, o que perfaz o total de 3.004.097,64€, isto corresponde ao Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional 85%, 7,5% Ministério da Educação e o Município de São Pedro do Sul 7,5%. -----

--- Acresce a esta situação que se o Município tivesse aceitado o tal um milhão de euros a sua quota parte seria de 15% e assim ficou nos 7,5%. -----

--- Senhores Deputados, a isto chama-se perspicácia, insistência, inteligência, seriedade enorme e poder negocial com o poder central. Isto não é trinta e um de boca ou retórica política, isto é a veracidade dos factos, está publicado no Diário da República. A câmara vai suportar o IVA na sua totalidade e aproveitando a oportunidade construir um campo desportivo dentro do perímetro da escola, independentemente desta para que o mesmo possa ser usufruído pela escola e pela população em geral que nele queira fazer prática desportiva.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Telmo Antunes, cuja intervenção se transcreve:

--- “Completei em janeiro deste ano trinta anos ininterruptos de funções autárquicas e nestes anos que tanto me orgulho e honro assisti a um grande desenvolvimento do país e a um número notável de construções no nosso distrito: hospitais de Viseu e Lamego, dezenas de centros de saúde e de extensões de saúde, dezenas de escolas, jardins de infância, creches, lares, centros de dia e outros equipamentos sociais, alguns tribunais e muitos quartéis de bombeiros e de forças de segurança. -----

--- Na rede viária vi nascer o IP3, o IP5, A25, A24, dezenas de variantes de vilas e de sedes de concelho, ligações essenciais a Vouzela e outros concelhos. -----

--- Fruto de um trabalho notável de muitos autarcas com articulação com alguns Deputados eleitos no distrito, os governos da República foram investindo nos nossos concelhos e trazendo bem-estar às populações, permitindo a instalação de muitas empresas e mitigando os efeitos de uma cada vez maior desertificação do Interior. -----

--- Sucessivamente os partidos políticos inscreverem nos seus programas eleitorais mais equipamentos, mais estradas, mais obras, mais investimento. -----

Assembleia Intermunicipal

--- O panorama a que assistimos hoje é completamente diferente e o nosso nível de ambição e de reivindicação é também muito diverso. Obviamente que o essencial está feito, mas muito ainda há por fazer e sobretudo na rede viária.-----

--- Apesar das sucessivas moções aqui aprovadas pela requalificação do IP3, da ligação a Viseu – Sátão, da requalificação da EN16, da EN225, até hoje não conseguimos obter qualquer solução por parte do governo. Pior, hoje nem sequer pequenas obras de manutenção e de prevenção são feitas na rede viária, nacional ou regional, que é da responsabilidade do Estado. O resultado está à vista.-----

--- A EN16, principal ligação entre as vilas de São Pedro do Sul e Vouzela esteve meses encerrada por aluimentos de terra. A EN328, principal ligação entre os concelhos de Tondela e Vouzela está encerrada há seis meses e sem vias de resolução em virtude da queda de diversas pedras para a via. A EN2, em Castro Daire também se encontra encerrada por aluimento de terras. A EN225, principal ligação entre Castro Daire e Arouca encontra-se num estado miserável, fruto da falta de manutenção. O IP5 a que muitos recorrerem para fugirem às portagens da A25 na maior parte do seu traçado encontra-se com um piso muito degradado.-----

--- É este o panorama da rede viária na área da nossa CIM Viseu Dão Lafões. Se continuássemos a percorrer o distrito infelizmente a situação não seria melhor.-----

--- Estamos resignados, vamos deixar de exigir a requalificação da rede viária para apenas exigir a manutenção da rede secundária? Vamos contentar-nos com o pouco? Não! Não foi para isso que fomos eleitos pelos nossos concidadãos. Não voltaremos por certo à época das “vacas gordas”, mas já estamos fartos destas “vacas que voam”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Jorge Soares, cuja intervenção se transcreve:-----

--- “Infelizmente para nós nesta região que abarca toda a nossa Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, não temos tido propriamente uns anos muito tranquilos neste nosso mandato nesta Assembleia representativa de todos os nossos cidadãos da Comunidade Intermunicipal.-

--- Foram os incêndios de outubro de 2017 que ainda não conseguimos esquecer das nossas memórias, e que vemos infelizmente no nosso dia a dia nas nossas paisagens com muito a se fazer para reabilitar e reconstruir, principalmente a nossa floresta, sem esquecer todas as vidas humanas que se perderam.-----

--- Não refeitos desse contratempo das nossas vidas levámos com a fúrias das tempestades Elsa e Fabien, que destruíram de uma forma incontrolável muitas estradas, pontes e zonas ribeirinhas que se encontravam totalmente desprotegidas de vegetação e sustentação após os fogos de outubro de 2017. E foram vários os concelhos desta Comunidade Intermunicipal a

sofrer na pele essa fúria, e não só em prejuízos materiais, mas infelizmente, e estas sem preço, a perda de mais vidas humanas que não podemos esquecer. -----

--- Por fim e sem muitas mais palavras face a tudo o que vivemos diariamente e ao que passamos hoje aqui nesta Assembleia, com todos os cuidados temos a Pandemia do SARS ou COVID-19, esta possivelmente a pior dos nossos tempos, mesmo dos mais velhos presentes aqui neste espaço. -----

--- Quero, no entanto, intervir relativamente ao segundo ponto que aqui mencionei, a questão das tempestades Elsa e Fabien, que muitos nos afetou em cerca de treze milhões de euros, tomando por exemplo o nosso vizinho concelho de Vouzela, um dos mais afetados com mais de sete milhões de euros. Isto de considerarmos os trinta e quatro milhões calculados para todo o território nacional. -----

--- Não podemos por isso deixar cair no esquecimento todas as dificuldades porque passamos, gostaríamos por esse motivo de ser informados: -----

--- 1 - Existe ou foi efetuado algum estudo relativamente a todos os prejuízos sentidos pelos concelhos da CIMVDL? -----

--- 2 - Pode-nos ser informado que valores foram apurados nesse estudo ou levantamento? ---

--- 3 - Existindo uma cada vez maior intervenção da CIM em questões da proteção civil e ordenamento florestal do nosso território, houve alguma reunião em que a CIM também tivesse participado sobre este tema com membros do Governo? -----

--- 4 - Para ser acionado o Fundo de Emergência Nacional, terá que existir a declaração do estado de calamidade para a nossa região, pode-nos ser dado conhecimento se o mesmo já foi declarado pelo Governo? -----

--- 5 - Não podemos ficar de braços cruzados a ver todos os nossos impostos a serem canalizados para obras nos grandes centros urbanos como Lisboa ou Porto, e sermos esquecidos quando fustigados por estas catástrofes que muito afetam o nosso quotidiano. -----

--- Peço por esse motivo que exista informação de toda a evolução obtida nestes mais de seis meses, e que exista um esforço enérgico da CIMVDL no sentido de sermos apoiados na reconstrução e reabilitação de todos os estragos sentidos com estas tempestades". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve: --

--- Na política, tal como na vida em geral, tenho valores de que não abduco, outros que não tolero e que repugno completamente. -----

--- Entre estes, a injustiça e a mentira são daqueles que mais ferem as minhas formas de ser e de estar. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Vem isto a propósito do episódio ocorrido na última sessão desta Assembleia Intermunicipal, em vinte e cinco de novembro de dois mil e dezanove, no decorrer da apreciação sobre o contrato de financiamento, ou empréstimo que o Conselho Intermunicipal então nos propôs na Ordem de Trabalhos. -----

--- Como se lembrarão, inquiri o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal - único interlocutor legal e regimental com esta Assembleia, que por sua vez, como por via de regra procede, solicitou a palavra para o Senhor Secretário Executivo, a fim de ser ele a expor e explicar o assunto, inquiri, como dizia, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, acerca das quotas em atraso por parte dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. -----

--- Foram três perguntas muito claras e objetivas, que não obtiveram as correspondentes respostas, originando uma longa e desinteressante discussão acerca do que apelidei de falta de respeito para com este órgão Intermunicipal, enquanto fiscalizador da atividade dos órgãos executivos. -----

--- Quero dar nota de que, os elementos objeto das perguntas então feitas e que solicitei por requerimento verbal à Mesa, me foram fornecidos em nove de Dezembro de dois mil e dezanove, reportando os dados a vinte e cinco de Novembro de dois mil e dezanove e, como se dá conta nas contas que hoje iremos apreciar mais adiante, os valores em atraso, no espaço de apenas pouco mais de um mês que decorreu até trinta de Dezembro, reduziram-se em um terço. Vá-se lá saber porquê! -----

--- Retomando a razão desta minha intervenção, sem querer desviar atenções do que interessa e sem qualquer espécie de “voyeurismos”, depois de várias trocas de protestos e defesas de honra entre mim e o Sr. Presidente do Conselho Intermunicipal, o Senhor Secretário Executivo usou da palavra para afirmar – cito da ata que acabámos de aprovar: “É a segunda vez, em duas assembleias seguidas, que acusam o Secretário Executivo de desrespeito à Assembleia e isso eu não posso aceitar. Na primeira deixei passar, mas hoje não o posso fazer.”. E, mais adiante conclui: “Permitam-me isto, já são muitos anos de trabalho convosco e com a Assembleia e com muitos dos Senhores Deputados que têm vindo a repetir-se, ao longo dos anos, e não podia deixar passar isto pela segunda vez e sempre pelo Senhor Deputado Alberto Ascensão.” -----

--- Não podia deixar isto senão bem esclarecido, pois trata-se de uma injustiça, por não ser verdade, o que foi afirmado pelo Senhor Secretário Executivo, no que ao Deputado Alberto Ascensão respeita. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Infere-se daquelas duas citações que, em duas assembleias seguidas, eu terei acusado o Senhor Secretário Executivo de desrespeito à Assembleia, portanto, sendo naquela a segunda, a primeiro teria sido na sessão de vinte e nove de abril de dois mil e dezanove.-----

--- Fui consultar a ata relativa à assembleia Intermunicipal de vinte e nove de Abril de dois mil e dezanove e, de facto, encontrei a seguinte afirmação – cito da ata referida e já aprovada: “É uma situação crucial e compete ao Senhor Presidente da Assembleia esclarecer claramente este aspeto e por sua vez entender que a discussão desta matéria era importante e que devia ter por parte do Conselho Intermunicipal, por uma questão de respeito por esta Assembleia, devia ter um tratamento diferente e não um mero parágrafo em “Outras Atividades”.-----

--- Não encontrei qualquer outra referência a desrespeito, ou falta dele, nesta ata.-----

--- Senhor Presidente e Senhora Secretária da Mesa, Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Senhoras, e Senhores Deputados, como se constata da citação que acabei de fazer, o desrespeito ali apontado não se dirige ao Senhor Secretário Executivo mas sim ao Conselho Intermunicipal e, se tiverem o cuidado e o trabalho de ir consultar, como fiz questão, verificarão que aquela afirmação não é minha, Deputado Alberto Ascensão, mas de outro Senhor Deputado Intermunicipal.-----

--- Deixo assim reposta a verdade sobre o que o Senhor Secretário Executivo disse, sobre mim, na última Assembleia Intermunicipal, que só posso entender como um seu lapso de memória, pois a assim não ser, então teria que concluir que se tratou de deliberada injusta falta de respeito para comigo.”-----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada Cristiana Ferreira, cuja intervenção se transcreve: --

--- A pandemia provocada pelo coronavírus representa um desafio sem paralelo nas nossas vidas sendo o tema incontornável que de uma forma muito sucinta abordarei na minha intervenção ademais pela disciplina de funcionamento desta assembleia que nos devemos impor. Vivemos a normalidade possível, reduzida e ainda muito limitada e também aqui não será exceção.-----

--- As minhas primeiras palavras não poderão deixar de ser a de profundo pesar pelas vidas que se perderam e por todos quantos sofreram e sofrem com esta doença que mesmo assintomática traz cicatrizes profundas e estigmatizantes.-----

--- Em segundo lugar a todos os profissionais de saúde e a todos quantos, não podendo estar confinados, estiveram e estão na primeira linha da frente no combate à pandemia de forma abnegada Também às famílias, aos empresários e aos autarcas cujo papel adiante melhor

Assembleia Intermunicipal

destacarei pelo trabalho e o papel determinante que tiveram e têm como garante dos meios de proteção aos hospitais, lares, IPSS, bombeiros e às populações.-----

--- Para além do flagelo de saúde que este vírus provoca, a ausência de uma cura deixou-nos perante uma impensável saída, o confinamento e é deste que advém que advém as mais perniciosas consequências sociais e económicas, globais, singulares e sistémicas que atingem praticamente todos os países. -----

--- Pensar que no final da segunda semana de abril, 4,5 mil milhões de pessoas estavam a cumprir medidas de confinamento, em alguma parte do mundo, ou seja, quase 58% da população mundial atual seria um argumento audacioso de um filme de ficção científica e aconteceu.-----

--- Portugal estará ainda assim na linha dos países em que terá sido mais fácil confinar as pessoas que de uma forma muito generalizada foram cumpridoras e ordeiras contribuindo de forma praticamente exemplar para o aparente sucesso das medidas sanitárias implementadas.-----

--- Mais complexo será o exercício de desconfinamento ainda que gradual precisamente pelas incertezas e o perigo que ainda corremos.-----

--- Com o confinamento vieram os enormes sacrifícios económicos e a com o gradual desconfinamento serão visíveis cada vez mais os sinais de devastação sobretudo em algumas áreas onde a mesma já se torna evidente como sejam o turismo, a restauração e a cultura entre outras.-----

--- A pandemia não só revelou como agrava todos os dias desigualdades económicas e sociais e, portanto, será nas camadas economicamente mais desfavorecidas que a crise se vai agravar a níveis imprevisíveis.-----

--- Assim a postura de colaboração que se impunha não isentará o forçoso balanço sobre a forma como o Governo respondeu à pandemia sendo certo que me parece evidente que se num primeiro momento o Governo não andou mal do ponto de vista sanitário hoje haverá crescentes reservas sobre a sua atuação sobretudo quanto às medidas concretas adotadas no contexto do combate à pandemia que terão necessariamente de ser fiscalizadas.-----

--- Mas o tempo presente ainda é de combate mais do que a avaliação que será relegada para um momento futuro.-----

--- Das autarquias e como já havia referido a ajuda esteve e está efetivamente no terreno um pouco por todo o país, com modelos diferentes, mas que se multiplicam de uma forma generalizada.

--- Em pouco tempo os autarcas souberam gerir na primeira linha a ajuda que se impunha.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Dos mais idosos ou carenciados, muitas autarquias criaram serviços de entrega de alimentos, refeições e medicamentos ao domicílio, ajudando a população a cumprir o seu dever especial de proteção e mas também de apoio ao pequeno comércio entre outras áreas com ajudas muito concretas que se traduziram em apoios financeiros que representarão custos elevados nos orçamentos municipais. -----

--- Não esquecendo também o apoio psicológico que se tornou uma ferramenta fundamental num cenário de incerteza, angústia e ansiedade. -----

--- Um pouco por todo o país, os autarcas criaram respostas, aproximam-se mais do que nunca dos cidadãos. -----

--- Os gastos subiram, enquanto as receitas caíram e portanto importa indagar quais as medidas e instrumentos financeiros que estão no horizonte do Governo para compensar as autarquias do evidente esforço financeiro que se verificou e irá verificar nos orçamentos dos municípios sobretudo em áreas da responsabilidade direta do estado e como sejam a saúde a ação social e a educação e por isso interpelo diretamente o Sr. Presidente do Conselho Intermunicipal para que nos possa também revelar qual o ponto de situação relativamente aos apoios aos autarquias de uma forma geral e em particular na área da cultura onde considerando que a Sra. Ministra da Cultura anunciou um investimento de 30 milhões de euros nesta área importa indagar qual é a proveniência dos recursos financeiros que vão dotar esta medida, se do orçamento do Estado se dos recursos financeiros contratualizados nos pactos regionais da CIMS. -----

--- Isto porque se a intenção é a de utilizar os recursos locais geridos pelas CIMS então importa que as nossas associações e coletividades regionais e locais sintam e recebam efetivamente esse apoio porque também estas vivem dias difíceis em que a sua própria sobrevivência e existência está em causa. -----

--- Como sabemos grande parte destas instituições e associações fazem parte do ADN da nossa identidade donde a criação de uma boa base de programação cultural de matriz local e regional garantirá a sua reativação uma vez que viram a sua atividade suspensa e uma motivação para o futuro ao mesmo tempo que preservamos e damos a conhecer a nossa diversidades e identidade local e regional. -----

--- Termino com esta interpelação ao Sr. Presidente do Conselho Intermunicipal e faço votos para que os Srs. Autarcas em particular da nossa Comunidade Intermunicipal continuem o bom trabalho e que nunca lhes falte também a coragem de prosseguir com tão árdua tarefa que certamente continuarão a ter pela frente”. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Luís Ferreira, cuja intervenção se transcreve:

--- “Estamos hoje a assistir, na ordem do dia, a um assunto muito importante - a educação. Penso que é o momento certo para valorizar e reconhecer o que foi feito e de certo modo perspetivar o que teremos no futuro.-----

--- Começava pelo trabalho que tem sido feito ao nível da Comunidade Intermunicipal deixando aqui uma palavra de reconhecimento ao Dr. Nuno Martinho e à equipa que tem liderado ao longo destes anos, porque a Comunidade Intermunicipal tem prestado um contributo inexcelável e extremamente importante na promoção do sucesso educativo e por esbater algumas assimetrias que existem no setor da educação. Tem conseguido antecipar alguns problemas e tem conseguido resolver outros. São diversos os projetos que estão em prática, nomeadamente o Pisa for Schools, a Promoção do Sucesso Educativo, os concursos e candidaturas no âmbito do Empreendedorismo, a promoção das ciências experimentais ou a formação e construção da rede de cursos profissionais numa perspetiva de rede e de conjugação de forças.-----

--- Não tenho mais autoridade moral do que qualquer outro, mas considerando os mandatos que já tenham nesta Assembleia permite-me perceber e comparar o presente com o passado. De facto, nós temos muitos motivos para recentrar o nosso discurso nestas questões de base e estruturantes, porque esta CIM tem sido pioneira em muitos setores e temos muitos motivos de satisfação e orgulho, porque fomos habituados a um trabalho amplamente meritório. -----

--- Sendo direto, penso que nas últimas assembleias temos perdido demasiado tempo com questões menores.-----

--- Depois, entramos na educação em modo pandemia, muito foi e está a ser feito e para de certo modo reduzir a minha intervenção passaria à leitura de uma proposta de um voto de louvor aos órgãos, profissionais e parceiros das escolas e aos autarcas da área da CIM Viseu Dão Lafões pela resposta da educação às contingências impostas pela pandemia COVID-19: -----

--- A humanidade, em geral, e a escola, em particular, têm enfrentado desafios inimagináveis, complexos e exigentes na urgência e na eficácia da resposta.-----

--- O ensino não presencial, obrigou a escola a mudar o seu conceito de intervenção e, subitamente, a criar estratégias, novos recursos e a conceber novos paradigmas. -----

--- As direções e restantes órgãos das escolas, com o apoio dos seus parceiros, tiveram de redefinir as suas prioridades e de redirecionar os seus meios e recursos no sentido do apoio aos alunos desprotegidos e da criação de canais de proximidade, nomeadamente, através da disponibilização de equipamento tecnológico de trabalho e de comunicação. -----

--- Os professores e os alunos transcenderam-se na capacidade de criar métodos, novas estratégias e novas competências digitais, inerentes ao ensino à distância, sem preocupações de extensão, volume ou flexibilidade de horário. Atingiram a exaustão, mas prestaram um incomensurável serviço à educação e mitigaram fortemente os efeitos da pandemia neste setor.

--- Os pais e encarregados de educação, muitas vezes substituídos, na sua condição, pelos professores, neste contexto, em tantos momentos, tiveram de ser o professor em casa, na organização e no apoio aos seus educandos, reorganizando a família e os recursos tecnológicos de forma a conciliar as obrigações profissionais com as tarefas escolares.-----

--- Os autarcas, desde as estruturas das câmaras municipais às freguesias, enquanto se desdobravam a prevenir e a combater os efeitos do vírus, ofereciam soluções de equipamento e conectividade para os alunos carenciados desses meios e, onde estes não chegavam, foram parte da ligação presencial com as famílias e os alunos. -----

--- Pelo espírito de abnegação, resiliência e superação o Grupo do Partido Social Democrata da Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões propõe a atribuição de um voto de louvor aos agentes educativos e aos autarcas das escolas e municípios da CIM Viseu Dão Lafões. -----

--- A deliberação, quando votada e aprovada, deve ser remetida às assembleias municipais e às direções dos agrupamentos de escolas não agrupadas da área desta CIM, solicitando a sua divulgação pelas respetivas Comunidades educativas e pelos seus autarcas.” -----

--- Para concluir a minha intervenção, se me é permitido, Senhor Presidente, deixo o repto à intervenção desta Comunidade Intermunicipal em dois assuntos vitais e estruturantes na criação de melhores condições aos alunos e, conseqüentemente, na redução de desigualdades. -----

--- Por um lado, a necessidade de trabalhar com as operadoras de comunicações o alargamento e a melhoria da cobertura de rede de internet em todo o território, porque muitos alunos não tiveram qualquer sinal de rede e muitos outros tinham um sinal muito fraco. Nesta fase de confinamento, perceberam-se as lacunas da rede e o isolamento digital ainda acentuou mais as desigualdades. -----

--- Por outro lado é necessária uma intervenção firme e determinada na rede de transportes escolares para os alunos dos catorze municípios. Se a sobrelotação dos autocarros sempre foi um problema, hoje, em contexto de pandemia, o afastamento social e a higienização exponenciaram esse problema. Se antes era um problema de segurança, hoje a esse problema associou-se o problema da defesa da saúde pública”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Pedro Alves, cuja intervenção se transcreve: -----

Assembleia Intermunicipal

--- “As minhas primeiras palavras são por causa de alguém que veio aqui falar de que um Deputado em tempos veio aqui falar na assembleia anterior sobre a requalificação da escola de São Pedro do Sul e o apoio que foi dado. -----

--- Nós temos de ser sérios quando fazemos debates políticos. Normalmente, temos de fazer um enquadramento das coisas no tempo, no momento, e depois falar para os outros como pessoas inteligentes. Quando estamos a falar da escola de São Pedro do Sul, pela qual tenho grande apreço, foi lá que iniciei a minha atividade profissional, temos de falar que o milhão de euros que foi atribuído para a requalificação foi no âmbito do pacto para o território e houve uma seleção das escolas que teriam prioridade de intervenção. -----

--- Lamentamos é que não tivesse sido antes prioridade nas intervenções no âmbito da Parque Escolar e se antes não tivesse havido abusos e houvesse uma distribuição mais equitativa e moderada dos valores talvez não fossem dois milhões, mas cinco milhões. -----

--- O que nós estávamos a falar é que caso o Presidente da Câmara de São Pedro do Sul não aceitasse o que estava previsto no Pacto aquele valor teria sido redistribuído, porque depois quando houve esta nova redistribuição não foi só São Pedro do Sul que foi beneficiado, houve mais escolas. Tem a ver com o momento em que as coisas acontecessem, com a disponibilidade.

--- Vamos ser sérios quando falamos destes assuntos. Se houve vontade política para dar prioridade a este investimento em São Pedro do Sul isso foi dado num governo de dois mil e quinze do PSD/CDS e não houve aqui nenhum tipo de ostracismo ao município e nem houve favoritismo neste momento por parte do Governo em função das suas boas relações partidárias.

--- Quanto à comparticipação por parte do município o Governo anterior não obrigada a qualquer comparticipação por parte dos municípios, se o fizessem de acordo com o calendário e Orçamento do Estado. Quem quisesse antecipar as obras, como aconteceu com Viseu, tinha que se responsabilizar pela comparticipação nacional. Este Governo veio obrigar os municípios a contribuírem pelo menos com metade, ou seja, o que este Governo deu, mas trouxe mais encargos. -----

--- O que me traz aqui hoje são as questões relacionadas com a saúde na área da nossa CIM, em particular com o que está a acontecer no âmbito do ACES Dão Lafões e do Centro Hospitalar. No âmbito do ACES começam a ter tidas em todos os territórios que estão relacionados com os encerramentos das extensões de saúde. Ainda hoje aparece na comunicação social e apareceu na Assembleia Municipal de Viseu a extensão de saúde de Bodiosa em que as desculpas do encerramento se prendem com uma central telefónica, mas é a falta de recursos humanos. Há o mesmo problema em Tondela e um pouco por toda a parte. -----

--- Senhor Presidente, sei que houve uma reunião com o ACES e a CIM e gostaria de saber se essas questões foram abordadas e para quando é que vamos ter a normalidade a funcionar no serviço de saúde com resposta em todas as extensões de saúde. -----

--- Sei, também, que há corte no serviço de atendimento permanente ao nível da disponibilidade das horas, se isso é verdade, quais foram as garantias que lhe foram dadas por parte da direção do ACES para que a normalidade seja retomada na prestação dos cuidados primários. -----

--- Quanto ao Centro Hospitalar Tondela Viseu, nós percebemos, que houve atrasos ao nível das consultas e das cirurgias, o plano que está hoje a ser implementado não prevê a interação com entidades privadas ou com o social para a recuperação das cirurgias e preocupa-nos a todos porque toda a nossa CIM está referenciada para o Centro Hospitalar e ao nível das primeiras consultas o tempo de resposta tem crescido. -----

--- Para terminar, também relativamente ao Centro Hospitalar é o laboratório. Eu não compreendo como é que uma entidade privada consegue me pouco tempo certificar-se para dar resposta aos testes à COVID e um Centro Hospitalar como o nosso não consegue e aqui gostaria que a CIM fizesse um pouco mais de força em manifestar esta preocupação para tornarmos isto uma realidade já que há um orçamento suplementar para investir na resposta laboratorial. -----

--- Por último e porque também é uma preocupação de todos, o heliporto. Nós temos que falar verdade uns com os outros e percebemos que o Governo não ouviu ninguém e limitou-se a comunicar e a retirar o helicóptero de Viseu para Lisboa, porque o heliporto de Santa Comba Dão não correspondia às necessidades de certificação. Se houve uma reunião sobre este assunto gostaria de saber quais as garantias dadas pelo Presidente de Santa Comba Dão quanto à certificação do heliporto. Não queremos o heliporto em Viseu não queremos é que ele saia da nossa região". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve:

--- "Eu vou ser telegráfico e vou começar pelo primeiro ponto que aqui me trouxe. Tive a oportunidade de analisar o parecer jurídico sobre a delegação de competências e aqui só quero relevar, porque penso que poderá encurtar a discussão seguinte, na minha modesta opinião não acrescenta nada. O que diz é que os estatutos estão bem e não merecem alteração. -----

--- Agora vamos a questões mais práticas, em relação às calamidades que se têm abatido de uma forma sucessiva e muito curta designadamente no concelho que aqui represento, o

Assembleia Intermunicipal

concelho de Vouzela. Foram os incêndios, foram as intempéries, estávamos numa assembleia municipal quando uma das maiores árvores daquele jardim, caiu e agora a pandemia.-----

--- Segundo o que nos chegou enquanto Deputados é que ainda nem chegou a ajuda relativa aos incêndios. Há coisas que têm de ser ditas e com verdade. Faleceram mais pessoas aquando da calamidade dos incêndios do que com a COVID. O Governo, com alguns ajustes, é o mesmo.

--- Eu volto a chamar a atenção, morreram mais pessoas, em Vouzela, aquando dos incêndios do que com a COVID. -----

--- Não foi há muito tempo que nós ouvimos a maior responsável pela saúde em Portugal, a Ministra da Saúde e Diretora Geral da Saúde, a dizer o pior das máscaras e agora o que estamos aqui a fazer a mascarados?! -----

--- As adjudicações para os equipamentos, nomeadamente os ventiladores, quando eram anunciados com pompa e circunstância naquelas conferências diárias e depois havia problemas com o transporte, alfândegas e como é que pessoas individuais compraram e colocaram cá no país? -----

--- Os hospitais de campanha foram montados fora do *timing* e quanto a isto fico por aqui.-----

--- Duas frases em relação à educação, o Estado e este Governo teve uma atitude egoísta e propagandista. Veio dizer que foi uma vitória as aulas não presenciais... Mas nada fez. Sabem qual foi é encargo para as famílias para ter um bom computador, o custo com uma operadora? Todos nós sabemos e temos que ter uma internet capaz. Se formos ver um agregado familiar com quatro pessoas em que estejam a estudar e a trabalhar, trabalham todos na mesma sala? Ninguém pensou nisto. -----

--- Quando não era preciso e não fazia falta nenhuma o governo socialista distribuiu “à larga” computadores por todo o país e agora que preciso não fez nada. As empresas que são concessionadas pelo Estado nem se dignaram a fazer isenções ou descontos aos clientes.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira, cuja intervenção se transcreve:-----

--- “Eu venho aqui falar da suspensão dos transportes que devido à COVID-19 e à retoma parcial dos alunos do ensino secundário, que, entretanto, também já terminaram, veio a expor com toda a crueza a dimensão dos problemas que se cimentou em todo o Interior do país. É um problema estrutural e que importa assumir de uma vez por todas.-----

--- Há alguns eixos que a via de transporte tradicional será viável, mas isso já não acontece na generalidade das aldeias, nem mesmo em algumas que se encontram ao longo de estradas nacionais. A incapacidade dos transportes públicos se adaptarem às novas formas de horário de trabalho, que exige uma maior mobilidade às pessoas, fez com que a generalidade das pessoas

que trabalham tenham de comprar veículo próprio e isto tem impactos negativos muito sérios. Por um lado, criam um grande encargo para as pessoas que usam carro próprio e não é raro ver famílias em que pouco mais se ganha que o salário mínimo que existe um carro por cada adulto que trabalha. Os transportes públicos tornaram-se inviáveis. -----

--- As pessoas que não podem ter carro próprio ou não podem conduzir ficam eternamente confinadas. Os dois grupos mais atingidos são os idosos e as pessoas com deficiência, onde poderemos juntar os jovens que não têm idade para ter carta de condução, nas férias e fins de semana ficam confinados nas suas aldeias.-----

--- Para os idosos os táxis que ainda sobrevivem apresentam um serviço inestimável e deviam ser apoiados pois cumprem uma função social indispensável. -----

--- A minha vida profissional é dedicada às pessoas com deficiência e por isso conheço bem os problemas que muitas delas enfrentam para aceder a coisas como a formação profissional e o emprego. A ASSOL que é a organização onde trabalho, tem polos em Lafões, Castro Daire, Vila Nova de Paiva, Viseu e Tondela, onde apoio também pessoas de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Mangualde, Nelas e Sátão. Penso que dentro da CIM nunca tivemos pessoas de Penalva do Castelo ou de Aguiar da Beira e fora da CIM temos polos em Mortágua e Albergaria-a-Velha. Por isso sei bem quais são os problemas que existem na nossa CIM e fora dela. -----

--- Conheço bastantes pessoas adultas capazes de utilizar transporte público comum que são obrigadas a deslocarem-se em carrinhas de instituições por falta de transporte público. -----

--- É dada a esta ligação que estou ligado à “manifestação” que se encontra à entrada deste Centro Cultural e qual pretende dar rosto a pessoas afetadas por este problema. Apenas queremos que seja dado o mínimo de atenção por ser este um problema concreto, de pessoas concretas, precisamos de nos colocar em dois planos: um é o plano logístico e a CIM enquanto autoridade de transportes e em articulação com os municípios tem que procurar soluções criativas para este problema e temos que dividir este problema em três, um é o problema público tradicional, outro é o transporte escolar e outro é o transporte dos outros; o segundo plano é o dos direitos humanos e do plano das desigualdades entre cidadãos, nomeadamente os que moram nas aldeias e nas áreas urbanas. A privação dos meios mínimos de transporte é uma violação da lei básica da liberdade e é aqui que temos de nos situar enquanto Deputados eleitos pelo povo, é aqui que está a nossa responsabilidade.-----

--- Esta dificuldade de movimentos dificulta o acesso a coisas e a direitos básicos como a saúde e o trabalho. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Por um problema dos direitos humanos é que não o podemos deixar nas mãos da CIM e dos municípios que têm resolvido com esforço os problemas concretos que tem havido e nós também agradecemos em nome de todos aos municípios e à CIM o esforço que foi feito para encontrar soluções pontuais. É por isso que estamos obrigados a encontrar soluções sustentáveis, mas também duradouras, estáveis e previsíveis para garantir a esses direitos a quem mora nas aldeias.-----

--- Além disso eu tenho as maiores dúvidas que seja legítimo a um Estado possa garantir passes a vinte euros em Lisboa, quando não é capaz de garantir transporte nenhum a milhões de cidadãos.-----

--- É neste plano que interpelo os partidos aqui presentes e que têm Deputados eleitos na Assembleia República que se lembrem de colocar esta questão no debate político e no espaço mediático. -----

--- É um desafio muito especial que deixo aqui ao nosso colega Deputado da nação Pedro Alves a quem já ouvi hoje um discurso bem contundente e sei por isso que é capaz de o fazer.-----

--- Deixo aqui uma sugestão para os nossos Deputados eleitos por Viseu e pelo Interior, façam uma manifestação de lobby, já uma fiz essa sugestão e disseram que parecia mal. Tenho pena que as condições em que estão a cair os territórios do Interior e o momento em que vivem as pessoas não lhes pareça pior.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Custódio Rocha, cuja intervenção se transcreve: ---

--- “Apenas vou responder ao Senhor Deputado do PSD. Eu quando vim aqui referi-me a um Deputado e não a alguém e esse alguém nesta Assembleia é tão Deputado como o Senhor.-----

--- Em segundo, verdade, verdade... Eu vim dizer que não era retórica política e aquilo que o Senhor Deputado veio aqui dizer foi pura e simplesmente retórica política, porque há uma diferença entre um milhão de euros e três milhões de euros, há diferença entre 7,5 e 15% e não me venha dizer o contrário! Essa é a verdade dos factos”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Pedro Alves, cuja intervenção se transcreve:

--- “O que eu vim aqui dizer e fui muito claro e volta aqui a reiterar. Nós temos que fazer a avaliação das coisas no devido momento e quando houve a assinatura do Pacto para o território só havia aquela disponibilidade e São Pedro do Sul foi prioridade e os 7,5 e 15% , havia opções, por exemplo: a Câmara de Viseu já tem as obras feitas e assumiu os 15% seja na Escola Grão Vasco, seja na Escola Viriato, foi uma responsabilidade do município, mas nenhum dos municípios era obrigado a pagar 7,5% com o anterior Governo. Como São Pedro do Sul não antecipou ainda vai ter de pagar. -----

--- É óbvio que houve mais dinheiro para distribuir, mas não foi só para São Pedro do Sul. O que estou a dizer é que não aqui nenhuma habilidade” .-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo Nuno Martinho, para defesa da honra e cuja intervenção se transcreve: -----

---- “Por ter sido visado, pedi a defesa da honra ao Senhor Presidente da Mesa e apenas para dizer que, assim como o Senhor Deputado Alberto Ascensão, a mim também me incomoda, e muito, a mentira, a injustiça e a omissão de factos.-----

---- Dizer que não altero em nada do que disse na última Assembleia Intermunicipal e que está plasmado em ata que o Senhor Deputado Alberto Ascensão leu. -----

---- Dizer apenas, que na última Assembleia Intermunicipal não foi dito só que houve um desrespeito pela Assembleia, foi também dito que o Secretário Executivo estava a sonegar informação aos Senhores Deputados, não sei se está em ata, mas foi dito exatamente isso.-----

---- Dizer que em Vouzela sobre o ponto da discussão da revisão orçamental, em que há uma pergunta do Senhor Deputado Alberto Ascensão, que eu respondi, e que o Senhor Deputado, obviamente no seu direito, entendeu que eu não respondi, disse também que eu desrespeitei a Assembleia. -----

---- Portanto duas vezes seguidas, dizer que o Secretário Executivo desrespeitou a Assembleia, foi por isso, que entendi, tomar aquela posição e referir aquilo que disse na última Assembleia.

---- Por isso, não retiro nada do que disse e dizer apenas que o Senhor Deputado Alberto Ascensão pode ficar com o que diz a ata que eu fico com a minha memória”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve:--

--- “Apenas para reafirmar aquilo com o que concluí na intervenção de há pouco. Tenho de concluir que se tratou de deliberada e injusta falta de respeito para comigo. Isto que está dito não consta das atas, as atas é que valem, e tudo o que foi dito aqui é mentira.-----

--- Falta de respeito e indigno por parte do Senhor Secretário Executivo que ainda por cima e ao contrário do que é dito aqui não tem direito próprio de intervenção na Assembleia.-----

--- Vejam o regimento, os estatutos e a Lei nº 75/2013.-----

--- Por tanto, de facto, o que se passa aqui e que tenho de concluir como concluí a intervenção inicial.-----

--- Face a isto é uma falta de respeito com a minha pessoa na qualidade de membro da Assembleia Intermunicipal. -----

--- Lamento muito esta falta de humildade democrática, esta falta de democracia”.-----

Assembleia Intermunicipal

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou à votação o voto de louvor apresentado pelo Senhor Deputado António Luís Ferreira, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado.”-----

--- Ordem do Dia -----

--- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Apreciação da conformidade dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões com a alínea d) do nº 1 do artigo 23º dos Estatutos com a alínea b) do artigo 84º e com a alínea c) do nº 1 do artigo 90º da lei nº 75/2013 e com a tipologia de Órgãos assumida pela homologação do parecer CCDRC-DSAJAL de 06/08/2019 - O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, fez a introdução ao assunto cuja intervenção se transcreve:-----

--- “Como se recordam esta questão foi aflorada inicialmente na votação em parte na questão dos órgãos, na votação do relatório de contas de dois mil e dezoito pelo Dr. Mota Faria e mais tarde na Assembleia de novembro passado em Mangualde voltou a ser colocada a questão da designação dos órgãos em conjugação com o problema da decisão tomada em relação às transferências de competências e se elas deviam ou não ter passado pela Assembleia Intermunicipal.-----

--- Entretanto o Dr. Mota Faria levantou logo na Assembleia de Mangualde uma questão se eu achava que era necessário ou não alterar os estatutos da CIM em função desta situação. Na altura eu respondi e a minha opinião continua a ser a mesma, que do meu ponto de vista o problema tem a ver com a formação inicial da Lei n.º 75/2013 no que respeita a assembleias municipais e intermunicipais.-----

--- Mais tarde, tive uma troca de emails com o Dr. Mota Faria onde ele reafirmou as últimas questões e a designação dos órgãos. Antes desta Assembleia eu procurei fazer uma reunião com os representantes dos grupos intermunicipais por via eletrónica e compareceu à reunião o representante do grupo do PS, o independente Mário Pereira e estive eu e o Senhor Vice-Presidente e o que ficou na ideia é que precisamos de ter uma solução, de uma vez, sobre esta situação.-----

--- À insistência do Dr. Mota Faria eu respondi que, na minha opinião, não é competência do Presidente da Assembleia desencadear qualquer processo que pudesse levar à revisão dos estatutos, mas esta Assembleia pode se pronunciar nesse sentido se entender que o deve fazer.

--- Nos nossos estatutos no artigo 23º aparece uma alínea d) que não aparece na lei e que representa uma mudança de situação em relação a uma previsão na lei que enquanto na Lei n.º 75/2013 diz que compete ao conselho Intermunicipal aprovar as propostas de plano de orçamento e as suas propostas de alteração e submete-las à Assembleia, nos nossos estatutos é explicitado, não havendo nada na lei que o diga, que compete ao conselho Intermunicipal aprovar as alterações ao orçamento.-----

--- Há aqui o que eu considero uma desconformidade entre as duas leis não interessa se é mais eficaz assim ou não. Havia aqui duas questões: uma que era e outra que era relativa à questão da designação dos órgãos. Aqui temos o parecer jurídico da CCDRC, que é muito respeitável e não estou a questioná-lo só que não é vinculativo para a CIM, porque a CCDR não é o órgão de tutela da CIM. -----

--- Perante esta situação eu procurei saber junto do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e do Senhor Secretário Executivo qual era a razão que havia para a alteração na alínea d) nos estatutos, na altura não tinham presente a situação e procuraram saber. Quando me chegaram os dois últimos documentos, o despacho do Secretário de Estado da Administração Local que serviu de base à alteração da alínea d) e o segundo parecer em relação às transferências de competências e à designação dos órgãos, já estava a convocatória enviada e assinada e os documentos seguiram depois”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve: -----

--- “Eu vou ser muito claro e muito simples na minha intervenção. Este parecer, do meu ilustre colega, não acrescenta nada. Diz que os estatutos estão conforme e que não há nada para alterar. -----

--- O tal despacho do anterior Secretário de Estado e essa questão que agora se levanta da denominação autónoma do secretário geral é tudo minudências, uma questão de semântica.--

--- Eu estou cá desde a fundação da CIM. O Secretário Executivo tinha regras absolutamente definidas quanto à remuneração para haver cabimento de verba para lhe poder pagar e agora vamos andar aqui a discutir o nome do cargo? Isto são mais manobras para tapar aquilo que é a realidade. De facto, esta Assembleia pelo maior esforço e empenho de todos e a CIM no seu enquadramento geral, que é até um dos exemplos no país vai sendo reduzida e esvaziada de conteúdo esta Assembleia. -----

--- O que interessa é quais são as competências que nós queremos e quais vão ser transferidas e os respetivos envelopes financeiros.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Como diz o outro, eu ainda sou do tempo em que quando foram criadas as CIM's havia algumas que nem reuniam, foram criadas no papel, mas não reuniam, não havia convocações não havia nada! Hoje já não é assim, felizmente.-----

--- Agora que está desde o início, percebe que esta Assembleia vai sendo esvaziada de conteúdos e, portanto, vimos para aqui fazer umas intervenções, com mais ou menos cuidado no português.-----

--- Eu a este propósito e votei, sabem a minha posição desde o início, eu sou a favor das portagens e não viro esteja que partido esteja no governo, mas por exemplo moções para a recuperação do IP3 eu já me esqueci aqui na CIM quantas votei, mas devo ter votado umas vinte. Quando vinte moções não dão em nada eu acho que quem não se sente não filho de boa gente".

-- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve:-----

--- "Começaria por esta intervenção, com todo o respeito que tenho pelo Dr. Vale de Andrade que é aquela intervenção de que estamos aqui todos a fazer?! Então vamos embora, não estamos aqui a fazer nada, não nos ouvem.-----

--- Ou então lutamos pela dignificação deste órgão e ela parte por formalidades, por discutir os órgãos, para não acontecer situações de terminologias de pareceres da DGAL a pedido de um chefe de gabinete, de pareceres que hoje são para a CCDR amanhã vão para uma ilustre sociedade de advogados, que é consultor da CIM, parte por haver uma linha de conduta. -----

--- A dignificação parte por termos aqui passado pareceres da Associação Nacional de Assembleias, da CCDR, da DGAL, a pedido da Associação Nacional de Municípios Portugueses para saber se tínhamos uma reunião em maio ou junho e a DGAL ia subindo o mesmo parecer da subdiretora para a diretora e a Associação Nacional de Municípios não vincula.-----

--- São essas situações de dignificações dos órgãos que tem de ser feita e por isso muitas vezes as terminologias têm a ver com isto. -----

--- O Senhor Secretário Executivo não poderia pedir aqui a palavra porque ele só está nas reuniões a pedido do Presidente do Conselho Intermunicipal e por isso teria que pedir ao mesmo para intervir. Qualquer vereador de uma câmara pede autorização ao Presidente da câmara e só com a mesma intervém, a não ser que seja uma situação que se entenda como grave.-----

--- Como membro desta assembleia, na última sessão eu referi que era natural solicitar o parecer da CCDR Centro e solicitar aos dois Presidentes verificar se os estatutos serem adequados ao entendimento sobre a natureza dos órgãos.-----

--- Portanto se o Conselho Intermunicipal homologou o parecer tinha de ser consequente adequando os estatutos aos órgãos ou não. -----

--- O que constato Senhor Presidente e isso são factos que V. Exa. tem competência não é para iniciar um processo de revisão de estatutos, tem é competência para clarificar esta situação, ou seja, pode pedir um parecer. Por isso reuniu os grupos parlamentares e isso são factos.-----

--- Enviou a convocatória e colocou no primeiro ponto da ordem de trabalhos a apreciação da matéria. De seguida aparece um parecer de uma sociedade de advogados data de vinte e sete de abril de dois mil e vinte, ou seja, e continuo com factos e dúvidas, se havia um parecer porque não foi facultado? -----

--- Embora eu e conforme diz já desde vinte e nove de fevereiro, lhe coloco essa questão e se anteriormente o parecer foi solicitado à CCDR Centro, porquê agora não ser à mesma entidade?

--- Penso que seria lógico e normal e com todo o respeito pela sociedade de advogados que na segunda vez fosse pedido à CCDR. -----

--- Continuo com factos. Os estatutos da CIM definem quatro órgãos e em três definem a natureza do órgão e só em relação ao secretariado Executivo Intermunicipal, e nada tem a ver com a pessoa, não definem, nada dizem sobre a natureza, a tipologia do órgão. Um parecer da CCDR Centro define a tipologia dos órgãos, clarifica e salvo melhor opinião deviam os estatutos serem adequados a esse entendimento. -----

--- Assim, com todo o respeito que tenho pela sociedade de advogados, que é consultora da CIM, não entendo que quanto à compatibilização dos estatutos com a lei concluiu que não se vislumbrarão razões para promover uma alteração aos estatutos. Refere no artigo 20º “o conselho Intermunicipal é um órgão executivo da Comunidade Intermunicipal, é um órgão executivo porque o Secretário Executivo é outro órgão executivo”. Uma conclusão notável, que não compreendo, não sou jurista. -----

--- Já não refiro a questão de terminologia porque as terminologias não são coisas menores. Dizer-se secretariado ou Secretário Executivo não é a mesma coisa e por isso ao ler o parecer interroguei-me. Não está em causa que qualquer órgão executivo é também deliberativo, com competências de aprovar, apreciar, tomar posição, autorizar, deliberar e apresentar a esta Assembleia Intermunicipal. Outra é um órgão com competências de elaborar, submeter, participar, colaborar, assegurar, executar, preparar e toda a gestão corrente, podendo até exercer outras competências por delegação do órgão executivo. -----

--- Pode também ser considerado um órgão executivo, mas na minha modesta opinião esta diferença tem de ser clara entre o que é um órgão executivo e o que é outro nos estatutos, porque tem influência na forma de funcionamento, na autonomia, na articulação com outras instituições e restantes órgãos. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Para mim, um conselho Intermunicipal é um órgão político e o secretariado executivo um órgão técnico, que se quiserem também é executivo.-----

--- Aqui entramos na questão principal que não tem a ver com pessoas, tem a ver com a política. Voltando ao parecer se não houvesse secretariado executivo o conselho Intermunicipal nunca poderia ser um órgão executivo.-----

--- É uma questão política tão importante como a matéria de transferência de competências e que me feriu nesta situação enquanto membro desta Assembleia é vir quase numa nota de rodapé a informação a esta Assembleia Intermunicipal, que ninguém viu. Eu por acaso vi á terceira vez, que era um parágrafo quase em rodapé.-----

--- O que está em causa são os estatutos e é isto que eu digo é de contemplarem de uma forma clara o entendimento que assumem inclusivamente na apresentação do relatório de gestão.---

--- Por isso uma recomendação à Mesa, se assim o entenderem, a solicitação de um parecer à CCDR e o Presidente da Mesa tem competências para o pedir, sobre este assunto.-----

--- Não tem nada a ver com a sociedade de advogados que é consultora da CIM mas se o parecer é da CCDR é esta entidade tutelar que tem de dar outro parecer.-----

--- Outra coisa que eu gostaria de pedir ao Presidente da Mesa, porque é muito importante saber, o ofício que solicitou esse parecer, eu tenho o direito enquanto membro de ver esse pedido”.-----

-- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, cuja intervenção se transcreve:-----

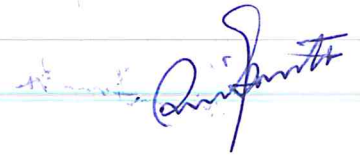
--- “Antes de passar a palavra, eu volto a dizer que recebi estes dois documentos depois da convocatória enviada.-----

--- Segunda questão, se bem entendi, o Dr. Mota Faria deixou aqui uma proposta feita na Assembleia, uma proposta de recomendação para que a Mesa tome a iniciativa de pedir um parecer e vou submetê-la à votação.-----

--- Não me parece que esta Assembleia tenha autonomia para pedir alteração aos estatutos, porque passaram por todas as assembleias municipais e se houver uma proposta de alteração ela tem de seguir um circuito que faça esse caminho todo. É o meu intuito”.-----

--- Foi dada a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Abrantes, cuja intervenção se transcreve:-----

--- “Relativamente áquilo que o Senhor Presidente acabou de dizer e eu sinceramente é a primeira vez que venho a uma assembleia Intermunicipal e que no período de antes da ordem do dia em que os Senhores Deputados colocam diretamente as questões e não é dada a palavra



ao Presidente do Conselho Intermunicipal para dar resposta às questões que lhe foram apresentadas. -----

--- Se o Senhor Presidente recordar todas as sessões anteriores foi assim que funcionou, mas se a partir de hoje for assim eu aceito e responderei às questões que o Senhor Presidente entender que devo responder. -----

--- Para já, e conforme me foi pedido eu vou responder ao ponto número um e sobre este digo apenas duas ou três palavras. -----

--- Nós estamos aqui a perder tempo com esta questão. É uma questão que já foi discutida em duas ou três assembleias intermunicipais e neste momento, no Conselho Intermunicipal, estamos completamente à vontade com os estatutos que a CIM tem. -----

--- Esta Assembleia tem uma prerrogativa na lei, arranja um terço das assinaturas dos membros da Assembleia, faz um estudo e apresenta uma proposta de alteração dos estatutos que existem neste momento e os juristas presentes nesta Assembleia podem confirmar ou desmentir isto. -

--- Senhor Presidente, temos muito que fazer para estarmos aqui a debater estas questões. Não estou aqui para debater este assunto. Nós, Conselho Intermunicipal, estamos totalmente à vontade com os estatutos que temos e esta nas mãos desta Assembleia poder estudar e propor as alterações que entender e depois procede-se como legalmente é previsto. -----

--- Foi dada a palavra o Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve:

--- “Isto aqui não é uma situação de pontos e vírgulas. O que está em causa é um rodapé de que foi dado a esta Assembleia Intermunicipal sobre um entendimento, ou seja, fizeram transferência de competências e num “Outras Atividades” deram um rodapé a esta Assembleia. Uma matéria que é crucial. -----

--- Quanto à proposta nem eu tenho nenhuma veleidade de revisão estatutária, o que eu pedi e isto é competência do Senhor Presidente, de que como foi homologado um parecer que tem a tipologia dos órgãos saber se o mesmo tem algum conflito com os estatutos. -----

--- É uma clarificação que tem de ser feita. É tornar confortável os estatutos e não pedir uma revisão dos mesmos”. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, cuja intervenção se transcreve: -----

--- “Coloco à consideração da Assembleia uma questão muito simples: quem é que da Assembleia entende que o Presidente da Mesa deve pedir esse parecer? É uma votação que vos vou pedir e que já disse que faria e está aqui em causa. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Vou se muito claro, eu acho que as assembleias intermunicipais por razões diversas, são de facto um pouco desvalorizadas na sua ação, até para resolver coisas depressa. -----

--- Se eu acho que do ponto de vista literal o nome que está na lei é diferente daquilo que vem no parecer, não tenho dúvidas. Do pouco que estudei de administração e teorias de administração, do ponto de vista funcional aquilo que o parecer diz, para mim em termos de opinião, está perfeitamente ajustado ao que se faz. Acho que devia estar dito de outra forma, nomeadamente no Secretário Executivo porque há uma questão de fundo, como o Dr. Mota Faria já disse, é que a questão do conselho Intermunicipal é um órgão executivo, mas é político”.

--- Tendo colocado à votação o pedido de parecer, a ser solicitado pelo Presidente da Mesa, foi o mesmo aprovado, por maioria com quatro abstenções.-----

--- Declaração de voto do Deputado João Vale de Andrade, que se transcreve:-----

--- “Se não ficou expresso ficou intuito que estes estatutos e eu não me reconheço nisso, porque eu fiz parte da comissão que fez o regimento desta Assembleia e não foi de qualquer maneira.

--- Faço esta declaração e voto porque me abstenho e nunca o faço.-----

--- A iniciativa para revisão dos estatutos tem de partir da Assembleia e o Senhor é o ilustre Presidente da Assembleia, mas embora tenha sido formalizada essa proposta pelo Dr. Mota Faria e com a boa vontade do Senhor Presidente só temos dois Deputados com a iniciativa de pedir um parecer, é da sua competência. Não há quórum suficiente para pedir questões jurídicas, mas o Senhor Presidente é que tem de arcar com essa responsabilidade. -----

--- Eu abstenho-me porque tenho dúvidas que dois Deputados, ainda que um deles Presidente, possam tomar uma iniciativa dessas por conta de uma Assembleia Intermunicipal”. -----

--- Foi dada a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Abrantes, cuja intervenção se transcreve:-----

--- Eu vou tentar responder à maior parte das coisas.-----

--- No que concerne a esta questão do COVID-19 que muito tem perturbado o mandato de todos os autarcas, mas já qui foi referido que todos eles têm correspondido e estado à altura para conseguir resolver os problemas das populações.-----

--- Há, no entanto, algumas situações em que os autarcas por mais boa vontade que tenham não conseguem resolver, nomeadamente no que se refere às tempestades Elsa e Fabien que colocou pelo menos duas ou três estradas da nossa região, intransitáveis.-----

--- Ao longo deste período tivemos variadíssimas reuniões com responsáveis governamentais, sendo exemplo disso a reunião realizada na semana passada, por videoconferência, com o

Secretário de Estado da Administração Local, exatamente por causa deste problema dos estragos causados pelas tempestades. -----

--- Aquilo que infelizmente nos foi dito é que neste momento e volvidos já sobre as tempestades está a ser preparada para ser apresentada o estado de calamidade e só depois se houver algum dinheiro só será no Orçamento do Estado para dois mil e vinte e um. -----

--- Sobre a questão dos apoios às autarquias relativamente ao COVID. Não haja dúvida nenhuma que todas as autarquias tiveram despesas bastante elevadas, umas mais do que outras e até agora não há qualquer apoio governamental. -----

--- Aquilo que nos foi dito por responsáveis é que com a saída do Senhor Ministro das Finanças e entrada de um novo, que estavam a aguardar a reorganização da equipa do Ministério das Finanças para depois resolver esta questão perante os municípios. -----

--- Muitos municípios gastaram o que tinham e quase o que não tinham para que as populações não tivessem problemas. -----

--- No aspeto da educação quem vem a talhe de foice com esta situação, há realmente problemas muito grandes, porque não basta e não bastou em alguns casos fazer a distribuição dos computadores, porque em muito locais o problema reside na falta de Internet. -----

--- Eu posso referir aqui o que aconteceu no meu município que mandámos fazer um levantamento ao agrupamento dos alunos que precisavam de computadores, depois fomos com os nossos funcionários de informática às residências para verificação das condições de Internet.

--- O que aconteceu é que num lado havia a MEO, noutros ZON e noutros não havia nada! Portanto o dar em computador em si não ia resolver o problema dos alunos, mas também tivemos situações ao verificar a situação financeira das famílias e que não reuniam as condições para serem atribuídos computadores. -----

--- Também recebemos telefonemas de pessoas que quando receberam a informação das escolas que iam ceder computadores a questionar o que queriam dizer com a cedência, se era emprestado ou dado e então ao saberem que era emprestado diziam que não queriam. Portanto não estavam a salvaguardar os interesses dos filhos ou alunos estavam é à procura de ter mais um computador em casa. -----

--- Isto são situações que também se passaram e para que os Senhores Deputados tenham noção que muitas vezes não é só dar, porque não sabemos o que vamos encontrar do outro lado. -----

--- Relativamente à saúde posso dizer-vos que tivemos duas reuniões neste último mês, uma com o ACES Dão Lafões e outra com a equipa do Hospital de Viseu. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Na reunião com o ACeS Dão Lafões foram-nos dados alguns números relativamente aos casos COVID em cada cem mil habitantes, em Viseu, houve cento e cinquenta e sete, em Coimbra trezentos e sete e em Aveiro mil e oitocentos. -----

--- Depois falámos, claro, na questão da reabertura dos centros de saúde. Aliás foi algo que sempre me causa uma confusão muito grande, foi encerrarem no ACeS Dão Lafões nos períodos de fim de semana e eu tenho a certeza absoluto e referi isso, enquanto os centros de saúde do ACeS de Coimbra não fecharam. -----

--- Eu posso, por exemplo, dizer que um médico aqui do Carregal do Sal fazia serviço em Mortágua aos fins de semana. Eu nunca entendi muito bem isto e nunca me foi dada uma resposta concreta do porquê do encerramento. -----

--- A reabertura fez-se agora em alguns locais e será feita conforme forem verificando que há utentes para consultas, mas aqueles que estão a reabrir ao fim de semana estão a fazê-lo com horário diferente aquele que tinham antes do COVID. -----

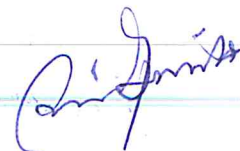
--- Por exemplo, aqui no Carregal e isto referindo-me aos centros de saúde não às extensões, abria às oito e encerrava às dezanove horas e agora abre às dez e encerra às dezasseis horas. Isto é o que será feito ao longo de dois meses e depois será feita uma apreciação da situação e poderão eventualmente reabrir ou encerrar. -----

--- Quanto às extensões nem sequer nos foi dada uma previsão de reabertura, porque um dos grandes problemas é não terem assistentes operacionais necessários e dizem-nos que tem autonomia administrativa, mas não têm autonomia financeira. -----

--- Eu como Presidente de câmara e todos os colegas autarcas julgo que também têm, tenho receio de que a partir de janeiro quando na delegação de competências estes centros de saúde passarem para as câmaras e sabemos que os assistentes operacionais serão da responsabilidade da câmara e se até agora os centros de saúde os pedem e não lhes dão, não sei como é que depois as câmaras vão ter se não têm verba disponível para isso. -----

--- Os mapas que nos enviaram por causa da delegação de competências não contempla o pessoal necessário para um centro de saúde estar a funcionar normalmente. -----

--- Tivemos, também, uma reunião no dia vinte e três com a equipa do Hospital de Viseu e aquilo que nos foi dito também não é nada de consolador. Neste momento, o projeto das Urgências tem o concurso feito, estão a ser analisadas as propostas e depois de anunciado o vencedor, caso não haja reclamações, a obra será na ordem dos quatrocentos dias. -----



--- As consultas externas estão a funcionar e uma questão que aqui foi colocada sobre o laboratório, a informação que nos foi dada é que já está a funcionar e que o laboratório de hematologia molecular irá para um novo espaço. -----

--- Foi também falado sobre a questão da oncologia, mas aí daria a palavra ao Senhor Vice-Presidente do Conselho, Paulo Almeida, uma vez que nessa fase tive de me ausentar da reunião por outros compromissos assumidos.-----

--- Sobre o heliporto aquilo que nos foi dito na penúltima reunião do Conselho foi de que foi contratado um técnico que irá elaborar o projeto para a recuperação do heliporto em Santa Comba Dão e fazer as obras que serão necessárias para que o helicóptero possa lá ficar. Tardou um pouco, mas esperemos que vá a tempo para que a situação se resolva.-----

--- Sobre a questão do IP3 posso dizer-vos que tivemos uma reunião com a Infraestruturas de Portugal e com a empresa do projeto, a COBA, e foi-nos apresentado um rascunho do projeto. Discutiram-se ali algumas situações nomeadamente o Nó de Santa Comba Dão, porque há ali três alternativas.-----

--- A CIM e o Município de Santa Comba Dão já deram opinião e não sabemos se ela será aceite, porque uma das hipóteses que há é manter o trajeto atual com alargamento o que vai obrigar a mexer na linha de caminho de ferro, o que nós achamos que não é o mais viável. Outra hipótese é passar pela parte de trás de Santa Comba Dão e outra é seguir em frente para o IC12 e andar cerca de um quilómetro e fazer um novo nó para o atual IP3 e foi esta que nós optámos.-----

--- Relativamente aos transportes escolas quero dizer que nestes últimos seis meses o maior tempo que se gastou nas reuniões da CIM foi exatamente por causa desta situação. A nossa CIM foi das primeiras a ter o projeto dos transportes pronto, a colocá-lo a concurso, mas infelizmente ficou deserto e criou-se aqui um “vazio” em que as empresas operadoras estão agora a querer jogar com a situação.-----

--- Se o Senhor Presidente depois permitisse daria a palavra ao Secretário Executivo pois ainda esta semana esteve numa reunião na Autoridade de Transportes e terá mais informação sobre este assunto.-----

--- Foi dada a palavra o Senhor Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, Paulo Almeida, cuja intervenção se transcreve:-----

--- “Relativamente à questão do Hospital e do Centro Oncológico recordar que nós em dezassete de fevereiro tivemos uma reunião com a Senhora Ministra da Saúde, onde nos foi dito que o projeto centro oncológico tinha “caído” e aquilo que estaria em causa era apenas uma unidade de radioterapia, mas que ao mesmo tempo não havia financiamento para a obra. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Já nessa reunião demonstrámos total solidariedade e disponibilidade para que a região da mesma forma, na decisão relativa à Urgência, a região esteve na defesa da Urgência de Viseu e disponibilizou dinheiro do Pacto para que uma obra transversal a todo o território pudesse ser uma realidade. O Conselho disponibilizou-se para numa reprogramação financeira do atual quadro comunitário de apoio ou até em futuras negociações do novo quadro de apoio ter aqui um “braço armado” na defesa de algo é vital para o nosso território.-----

--- Isto foi em fevereiro e pandemia à parte que não há dúvida que muitos dos processos atrasaram devido à mesma, tivemos uma reunião no Centro Hospitalar Tondela-Viseu com a administração do Hospital de Viseu.-----

--- Relativamente à Urgência, tal como o Senhor Presidente já referiu, está mais ao menos dentro daquilo que é o cronograma que está definido, se não houver grandes atrasos, acreditamos que no início de dois mil e vinte e dois poderá ser uma realidade.-----

--- Quanto ao centro oncológico a nossa posição foi exatamente a mesma, temos é um problema é que não há sequer projeto para a unidade de radioterapia.-----

--- Aquilo que solicitámos foi alguma celeridade neste processo porque numa reprogramação financeira é evidente que a maturidade de qualquer obra, investimento é fundamental para que ela possa vir a ser legível.-----

--- Verificámos a necessidade de voltar a revistar o projeto e o conselho de administração deu-nos a indicação de que precisaria de trinta dias para fechar esse processo.-----

--- Da nossa parte enquanto Conselho Intermunicipal estaremos cá para continuar a lutar por esta causa que é de todos nós, da nossa região e iremos, tal como nos outros processos, fazer um acompanhamento muito de perto e regular para que nenhum destes passos intermédios possa falhar.-----

--- Dizer a esta Assembleia que vamos manter esta pressão e este controlo muito de perto junto do Ministério da Saúde e do Centro Hospitalar Tondela-Viseu”.-----

--- Foi dada a palavra o Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve:-----

--- “Relativamente à questão do transporte público de passageiros dar nota, como o Senhor Presidente disse, tem sido uma matéria muito difícil, sobretudo a partir do período de dezoito de março em que foi decretado o estado de emergência.-----

--- Dar nota que a CIM iniciou este processo em dois mil e quinze, começando pela elaboração de um plano Intermunicipal de mobilidade e transportes e a partir daí começou-se a desenhar toda a rede Intermunicipal para colocar a concurso.-----

--- Em vinte e três Comunidades intermunicipais e duas áreas metropolitanas nós fomos a terceira Comunidade Intermunicipal do País a obter parecer prévio vinculativo do regulador, da Autoridade de Mobilidade e Transportes, para lançar esse mesmo procedimento e lançámo-lo em devido tempo, mas o concurso da concessão ficou deserto. -----

--- Em período de COVID foi complicado colocar, desculpem o termo, os autocarros no asfalto. Muitos operadores entraram em lay-off, foram decretadas um conjunto de medidas pelo Governo e que foram seguidas pelas autoridades de transporte em que, por exemplo, a lotação dos autocarros passou a um terço. -----

--- No mês de março praticamente deixaram de operar, em abril após uma auscultação com os municípios foi possível colocar uma rede com serviços muito mínimos, com autocarros estritamente necessários para questões pontuais. -----

--- Para todos os autocarros que foram colocados na rua a CIM terá que cobrir um défice de exploração, e temos neste momento o Decreto-Lei n.º 14/C, que está muito escalpelizado na informação escrita que fizemos chegar aos Senhores Deputados, que obriga a CIM a cobrir esse défice. Este défice é a receita que os operadores de transporte teriam no período anterior para a faturação que tem hoje. -----

--- Portanto estarmos a colocar autocarros na rua, sem ser estritamente necessário, obviamente acarretava um valor astronómico para a Comunidade Intermunicipal, e obviamente para cada um dos seus municípios, porque volto a repetir, ainda hoje, é assim e ficámos também a saber, estive na passada sexta-feira numa reunião com o Secretário de Estado dos Transportes, eu e vários colegas, que este Decreto-Lei n.º 14/C estava até trinta de junho, vai ser prolongado até ao final do ano. -----

--- Isto quer dizer que as Comunidades intermunicipais e as autoridades de transporte irão ter de continuar a cobrir este défice de exploração até trinta e um de dezembro. -----

--- No mês de abril chegámos até a criar algumas linhas que não existiam, lembro-me de uma carreira Viseu-Tondela-Viseu, com necessidades pontuais por pessoas que tinham de se deslocar para os seus empregos e tivemos dois problemas muito difíceis que foi colocar os autocarros na rua no dia quatro de maio, pós estado de emergência e início do estado de calamidade e os operadores que começaram a exigir um conjunto de garantias de pagamento. -----

--- Neste momento podemos dizer que as verbas que vieram pelo Orçamento do Estado para o PART e também para o ProTransp, que é programa destinado ao transporte a pedido, vai ser todo canalizado para suportar este défice tarifário junto dos operadores. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Estivemos sempre em linha com os municípios para ver quais as linhas essenciais e para garantir alguma equidade e coesão no território no acesso a serviços públicos e também no acesso a deslocações da nossa população. -----

--- A segunda dificuldade foi no início das aulas de décimo primeiro e décimo segundo ano e dar nota que a equipa da CIM, e eu próprio, estivemos num fim de semana, num sábado a dois de maio, quatro horas em reunião com os operadores para conseguir mobilizá-los para circularem no dia quatro. E outra dificuldade foi após o período do início das aulas. -----

--- Neste momento, está a ser muito difícil colocar os operadores com os novos serviços públicos, com mais linhas a partir do próximo dia um de julho. Temos de ter muito cuidado porque não aceitamos de qualquer forma que nos digam que o valor da carreira é x e por quilómetro é y. -----

--- Isso não! Temos de ter muito cuidado nesta negociação com aquilo que nos comprometemos com os operadores porque obviamente não estamos livres de haver alguma litigância no futuro relativamente a esta matéria. -----

--- Damos nota que temos estado a resolver os problemas pontuais e sabemos que existem problemas de mobilidade na nossa região. Sabemos claramente que há algumas franjas da nossa população que não estão servidas, chegam algumas reclamações à Comunidade Intermunicipal e a cada um dos municípios e temos vindo a ter cuidado em tentar de facto resolver essas situações. -----

--- A CIM, no futuro procedimento concursal, vai apostar muito no transporte a pedido, no transporte para as zonas de baixa densidade, que no final a questão da rentabilidade financeira, económica de custo/benefício é muito mais favorável do que termos um autocarro de trinta lugares a passear bancos e a transportar uma pessoa. -----

--- Estamos a tentar resolver esses problemas, estamos a par dessas situações, mas temos aqui quatro operadores no território, são estes, não temos mais nenhuns e, portanto, ter aqui alguma arte e engenho para junto destes parceiros irmos tentando resolver esses problemas que vão existindo". -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada, Cristiana Ferreira, cuja intervenção se transcreve: -

--- "Apesar de ter conhecimento da vontade da CIM de desenvolver ações na área da cultura, a exemplo do que tem feito no passado, era importante perceber melhor quais é a visão que a CIM tem para este setor, neste período difícil para os agentes culturais". -----

--- Foi dada a palavra o Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, cuja intervenção se transcreve: -----

--- “Relativamente á questão da cultura, dar nota que a informação que a CIM tem é que haverá a abertura de um aviso de concurso através do PO Centro2020 para poder haver programação cultural em rede nestes territórios, principalmente com uma grande preocupação de animar com alguma capilaridade os territórios. Quando estamos a falar de animação dos territórios estamos também a falar da nossa economia local e a sua dinamização.-----

--- O que a CIM está neste momento a trabalhar, e realizámos uma reunião na semana passada com todos os vereadores da cultura de cada um dos municípios, é que logo que saia esse aviso de abertura, começarmos a preparar a candidatura para apresentar. Sendo certo que, vai ser possível incorporar despesa já realizada, com isto estou a dizer que nada impede que os municípios comecem a trabalhar nos seus planos de ação para a cultura dos territórios. -----

--- Quanto à questão da Senhora deputada da verba e qual a sua proveniência. Neste momento só sabemos que é de fundos comunitários, não do Orçamento do Estado e isso é claro. Só ainda não sabemos se, isto é, por via de reforço dos fundos comunitários a crescer por alguma reprogramação que possa vir a existir nos pactos das Comunidades Intermunicipais”.-----

--- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** – Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 25 de novembro de 2019 e o dia 8 de junho de 2020, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Foi dada a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Abrantes, cuja intervenção se transcreve:-----

--- “Esta informação foi enviada a todos os Senhores Deputados. -----

--- Eu só queria aqui referir dois pontos: o ponto 2.3 que é a “Estratégia Viseu Dão Lafões 2030” e outro que já foi aqui referido que é sobre o COVID. Todo o trabalho que a CIM fez assim como todos os municípios no âmbito do COVID, foi um trabalho exaustivo e continua a ser, porque ainda não acabou.-----

--- Continuamos a trabalhar, as câmaras têm-se envolvido pelo menos na parte mais social, sobretudo nos casos em que as pessoas vivem mais fora dos centros urbanos, levando-lhes aquilo que é necessário, desde medicamentos, comida, garrafas de gás e vão continuar com esse trabalho. -----

--- A CIM tem feito todo um trabalho desde a aquisição de EPI’s para as catorze câmaras, nomeadamente naquele período que havia grande dificuldade em se conseguir os equipamentos e toda aquela loucura de preços inicial. A CIM lançou um concurso de aquisição

Assembleia Intermunicipal

não se conseguindo muitas das vezes aquilo que se pretendia, porque a falta de material era muito grande e ia sendo entregue às prestações.-----

--- Há coisas que por vezes temos que aqui deixar no ar e eu admito que se tenha cuidado na aquisição destes materiais, mas depois o que verificamos muitas vezes é que quando algumas empresas nacionais começaram a produzir, havia a necessidade de certificar a mercadoria por parte do CITEVE, pelo INFARMED e depois víamos a chegar aviões de mercadoria vinda da China que não tinham controlo absolutamente nenhum.-----

--- Sabemos que vivemos ula altura difícil, ninguém estava preparado para uma epidemia destas, mas podíamos ter resolvido alguns problemas se houvesse um pouco mais de abertura, porque só a partir de dada altura em que as empresas estavam com dificuldade, nomeadamente empresas têxteis que fecharam e poderiam ter resolvido, logo de imediato, algumas situações.

--- O trabalho da CIM foi exaustivo e se o Senhor Presidente me permitisse, eu queria apresentar na parte final, um voto de louvor a toda a equipa da CIM, Secretário Executivo e todos os colaboradores. Não só pelo trabalho que executaram neste período, mas também pelo trabalho executado durante o ano de dois mil e dezanove, porque é um trabalho que está à vista.-----

--- A nossa CIM é das melhores do país e isso deve-se ao trabalho da equipa que está ao serviço da Comunidade e que nós Presidentes apenas vamos lá dar aquele apoio necessário, mas o trabalho é todo daquela equipa”.-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, deu o ponto por encerrado.-----

--- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2019, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve:-----

--- “O relatório é muito detalhado relativamente a todas as atividades, a todas ações e a todos os projetos que foram desenvolvidos durante o ano de dois mil e dezanove. Eu vou socorrer-me de uma apresentação em powerpoint limitando-me a reforçar um ou outro projeto, uma ou outra ação para esclarecer melhor a Assembleia e os Senhores Deputados.-----

--- Na organização e gestão interna a CIM tem vindo a crescer em domínios temáticos e atividades. O ano de dois mil e dezanove fica marcado também pelo trabalho na proteção civil

Assembleia Intermunicipal

intermunicipal e isso exige, naturalmente, uma capacitação da estrutura da CIM para dar resposta a estas novas dimensões de trabalho. -----

--- Temos tido a preocupação de vir dar a conhecer o trabalho que temos vindo a realizar e isso é usando todos os canais privilegiados de comunicação, os canais digitais que temos à disposição. Falando da Revista Beira Alta para dar o exemplo. A CIM assumiu no âmbito da delegação da competência da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu. Teve uma mudança de diretor no final do ano de dois mil e dezoito e estamos a incrementar uma nova dinâmica, tendo um novo site específico da Revista onde podem ser consultados um conjunto de artigos. Já este ano apresentámos um número que já estava atrasado, da Revista. -----

--- Na modernização administrativa, que é um projeto bandeira da CIM Viseu Dão Lafões sobre o mote “Um Modelo, catorze Municípios” conseguimos, de facto, uma estratégia Intermunicipal neste domínio. Falar neste momento no projeto que está a ser desenhado com os municípios desde os orçamentos participativos, a faturação eletrónica. -----

--- Permitam-me que refira desde já o Portal Geográfico, nós temos um SIG Intermunicipal que assenta num open source e open data, onde libertámos os municípios de software proprietário. Este SIG é o principal layer da Comunidade Intermunicipal a nível tecnológico onde também está o nosso Centro de Competências de Gestão de Vias. Ainda à pouco tempo a CIM, apresentou, no município de Aguiar da Beira em parceria com a Infraestruturas de Portugal, onde no fundo estamos a fazer toda a radiografia das vias municipais e estradas nacionais desclassificadas e através de uma plataforma de gestão de pavimentos melhorar a tomada de decisão por cada um dos Presidentes de câmara e permitir decidir onde intervir em função do estado e do movimento em cada uma dessas vias. -----

--- É um projeto piloto, testámo-lo na tecnologia há cerca de quinze dias onde foi apresentada a digitalização dessas estradas. Dar nota da Central de Compras onde estão os catorze municípios, mas também estão muitas corporações de bombeiros e associação particulares da segurança social que podem adquirir um conjunto de bens e serviços com condições muito vantajosas a nível dos preços. -----

--- Relativamente à formação, a CIM não tem qualquer financiamento comunitário para a formação dos seus colaboradores. Estamos à espera da aprovação de uma candidatura que fizemos ao PO. Não obstante, a CIM tem vindo a desenhar um plano de formação à escala Intermunicipal sobre vários domínios temáticos, sendo os municípios a custear a participação na formação de cada um desses formandos. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Na delegação de competência da administração central para as Comunidades intermunicipais, a CIM aceitou o exercício das competências no domínio da promoção turística, nos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento. Depois temos umas mais instrumentais, nomeadamente no domínio da justiça que tem mais a ver com os julgados de paz, no domínio da educação que a CIM já exercia nomeadamente na rede de cursos profissionais e também no transporte escolar ao nível Intermunicipal e a saúde que passa pela designação do Conselho Intermunicipal para o Conselho Consultivo do ACES e também para o Conselho do Centro Hospitalar Tondela-Viseu.-----

--- No domínio da promoção turística é um pouco o que a CIM já vinha a fazer com o Turismo Centro de Portugal e também articulado com cada um dos seus municípios.-----

--- Nos projetos financiados por fundos europeus é organismo intermédio, que é a gestão de fundos comunitários. Relativamente aos programas de captação de investimento dar nota que a CIM está a capacitar-se neste domínio e estamos a elaborar um plano de ação com os municípios e outros atores da região no sentido de termos uma estratégia a nível Intermunicipal.

--- Avançámos com a requalificação da Estrada Penalva-Mangualde, da EN 329 – 1 A Germil, temos assinada e consignada a obra.-----

--- Dar nota relativamente à rede cultural. A CIM continuou no ano de dois mil e dezanove a ter uma programação cultural em rede no sentido de animar as nossas vilas, as nossas cidades e fazendo a ligação esta rede com o património edificado da nossa região e com os recursos da nossa região, nomeadamente o vinho do Dão.-----

--- Estamos a iniciar um projeto que candidatámos ao Valorizar de um produto muito importante que é a Rota do Megalitismo, um projeto que envolve os municípios da CIM e também o município de Sever do Vouga.-----

--- Um produto muito importante que temos vindo a apostar nos últimos anos, tem a ver com o walking e o cycling muito ancorado na Ecopista do Dão, na futura Ecopista do Vouga e na sinalização uniforme de vários percursos pedestres, cerca de mil e oitocentos quilómetros, conseguindo, aqui desenvolver, um produto composto do turismo de natureza.-----

--- Outro projeto que estamos a trabalhar é no âmbito da acessibilidade, o Access Tur, que pretende fundamentalmente o selo no nosso território como um destino turístico Viseu Dão Lafões seja acessível e inclusivo para todos.-----

--- Ao nível da Ecopista do Vouga, um projeto que ansiávamos já há muitos anos, neste momento está adjudicado, está para visto do Tribunal de Contas. Um processo que não tem sido

Assembleia Intermunicipal

fácil, muitos municípios se queixam exatamente do mesmo, de que os vistos às vezes demoram um mês e outras vezes três e quatro meses. -----

--- Estamos ansiosos para que venha o visto do Tribunal de Contas para consignarmos a obra e irmos para o terreno iniciar os trabalhos. -----

--- Outro projeto importante tem a ver com as Aldeias da Serra do Caramulo que envolve Tondela, Vouzela e Oliveira de Frades. Também foi candidatado ao Programa Valorizar e que foi recentemente aprovado, estamos a falar do enoturismo em que temos como parceiros a CVR Dão, AHRESP, o Turismo do Centro de Portugal e a Viseu Marca. -----

--- Temos vindo a apostar muito na valorização dos nossos recursos territoriais, não só num projeto que temos que é a Fileira do Queijo como outras regiões, nomeadamente a Beira Baixa. Estamos num processo que iniciámos há dois anos envolvendo a RIS3 que é o projeto da valorização económica da pinha e do pinhão e neste estamos também num projeto com a Universidade de Coimbra. -----

--- Falava há pouco da proteção civil à escala Intermunicipal. Têm sido muito os projetos desde a Plataforma Vigia, que tem como objetivo ajudar a tomada de decisão dos agentes de proteção civil, esta plataforma tem catorze estações meteorológicas no nosso território que debitam dados, temos duas estações hidrométricas, temos um estudo de caracterização dos grandes incêndios florestais no sentido de se saber o período de retorno desses mesmos incêndios e também saber o que foi percorrido por esses incêndios nos últimos anos. -----

--- Temos o Sistema Integrado de Videovigilância que a CIM lançou recentemente um concurso público internacional em que terminou a fase de apresentação de propostas, tivemos sete empresas concorrentes, são mais de quatro milhões de investimento em conjunto com a CIM da Região de Coimbra, para a vigilância das nossas florestas. -----

--- Dar nota também da entrada das nossas brigadas de sapadores florestais. Temos duas brigadas ativas, instaladas no Sátão e em Castro Daire. Passado um período normal de aprendizagem, de capacitação e de formação, hoje as nossas brigadas fazem um trabalho muito importante ao nível da rede primária. -----

--- Isto tem muito a ver com o planeamento e o ano de dois mil e dezanove é marcado também pela criação do gabinete técnico florestal à escala Intermunicipal que faz muito planeamento do trabalho dos catorze GTF's de cada uma das câmaras. -----

--- Do ponto de vista mais político e consultivo dar nota da constituição pelo Conselho Intermunicipal da Comissão Intermunicipal de Proteção Civil que tem várias entidades da Região

Assembleia Intermunicipal

e também ao nível nacional que quem preside a esta comissão é o Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire.-----

--- Temos um projeto europeu na proteção civil em que a CIM é “chefe” de fila, foi o único aprovado em Portugal neste programa. É um investimento de mais de 2,4 milhões de euros para a nossa região em que temos parceiros europeus e também nos associámos enquanto líderes da candidatura à Escola Superior Agrária.-----

--- Ao nível das alterações climáticas também temos vindo a fazer um trabalho de disseminação pelas nossas escolas e temos vindo a melhorar muito a nossa cartografia. Cartografia essa que irá estar na nossa Plataforma Vigia, nomeadamente sobre a erosão dos solos, as ondas de calor, seca e escassez de água.-----

--- Não vou maçar os Senhores Deputados com o projeto Empreendedorismo nas Escolas em que este ano parou a meio por causa do COVID 19. Vamos na 9ª edição, fomos a primeira Comunidade Intermunicipal a termos a audácia e o desafio de lançar um projeto destes à escala Intermunicipal dos catorze municípios. Hoje já outras Comunidades intermunicipais já o fazem. Este ano tínhamos iniciado com uma novidade no projeto com o pré-escolar.-----

--- No Sucesso Educativo, o Senhor Deputado de Castro Daire há pouco falou nele. A CIM tem vindo a ter um projeto Intermunicipal que desenhou com os vereadores da educação e com os agrupamentos de escola. Podem ver aqui uma maquete do autocarro, que é autocarro das ciências que irá percorrer todas as escolas da nossa região e que ia ser apresentado no dia dezoito de março, exatamente no dia em que foi decretado o estado de emergência, que vai permitir as ciências experimentais, a programação e a robótica a cada uma das nossas escolas e das nossas crianças.-----

--- Dar nota aqui também do projeto Pisa For Schools, que é gerido pela OCDE e lançaram o desafio à Comunidade Intermunicipal para ser CIM piloto juntamente com mais duas Comunidades Intermunicipais neste domínio. Este projeto está a desenvolver-se nas escolas, os inquéritos aos alunos estão a ser realizados e portanto, isto vai permitir no domínio da matemática e do português tirar muitas leituras relativamente às nossas escolas.-----

--- A seguir há um programa de capacitação que vai ser desenhado com os diretores dos agrupamentos de escola.-----

--- A rede de cursos profissionais que a CIM já tem desde o ano de 2015/2016, tendo sido a primeira CIM a fazê-lo.-----

--- Temos a questão da Coesão Social e dizer que a CIM tem há vários anos, a fotografia apresentada é de janeiro de dois mil e dezanove, que foi assinado um pacto para a coesão social

em Viseu Dão Lafões em que participaram várias instituições e desenhámos projetos no nosso território neste domínio. -----

--- Acontece que ainda não houve aviso de abertura de concurso, não obstante a CIM ter cerca de dois milhões contratualizados no PO para esta prioridade de investimento. Portanto, aguardamos, que sejam colocados os concursos no terreno para nós conseguirmos desenhar o plano de ação que já está consensualizado e trabalho no território com todos os atores. -----

--- Relativamente aos transportes já fiz um pouco do estado da arte e não vou maçar os Senhores Deputados com este tema. -----

--- Aqui, o trabalho de Assistência Técnica, no fundo o trabalho do organismo intermédio que analisa as candidaturas, que aprova e que analisa os pedidos de pagamento. -----

--- Ao nível das contas da CIM dar nota que temos um aumento substancial no balanço que passa de 1,6 milhões para 5,5 milhões de euros, desde logo com algumas mudanças que houve ao nível da contabilização ao nível de instruções do SATA POCAL e também tem a ver com a obra de um milhão de euros que realizámos na Ecopista do Dão. Portanto temos em mobilizações de curso um milhão de euros que quando for assinado o auto de receção provisória da obra este valor “salta” do ativo da Comunidade Intermunicipal e migra para cada um dos municípios onde foi feita a obra, nomeadamente, Tondela e Santa Comba Dão. -----

--- Ao nível da demonstração de resultados verificamos um aumento com custos com pessoal, fruto de cerca de vinte postos de trabalho criados ao nível das brigadas de sapadores florestais.

--- Ao nível do fornecimento e abastecimento de serviços externos é o normal. -----

--- A CIM em função dos projetos que executa tem obviamente necessidade de recorrer muito ao outsourcing pois muitos são trabalhos especializados e é uma rubrica que em função da dimensão e das áreas trabalhadas tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos. -----

--- Em termos do resultado do exercício, tendo em conta aquilo que ele vale numa associação de municípios como é a nossa CIM, portanto ao nível da análise orçamental a receita cobrada ascendeu a cerca de 3,7 milhões de euros e dar nota que a CIM trabalhando muito na lógica do projeto de fundos comunitários e no que são os projetos, a execução orçamental fica sempre muito dependente daquilo que são as reprogramações, os projetos e também da evolução e da execução em cada um dos municípios. -----

--- Temos um saldo de gerência de quinhentos e vinte e oito mil euros que pedimos para transitar a seguir na revisão orçamental, para este ano”. -----

--- Foi dada a palavra o Senhor Deputado, Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: -----

Assembleia Intermunicipal

--- “É quase uma redundância, mas tem de ser colocada: passaram cinco anos e ainda não se resolveu a questão da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu. Gostaria de saber independentemente da minha posição, que diligências foram feitas sendo que todos os anos temos um conjunto delas e quais os constrangimentos que eventualmente existem. -----

--- Penso também que não poderíamos ficar satisfeitos com a questão que é havendo dúvida sobre a exigibilidade de ativos não deve estar presente no ativo, mas sim no anexo ao balanço da demonstração de resultados. -----

--- Conforme posições já tomadas anteriormente sobre os documentos de prestação de contas e que se mantém, que é uma parte do ativo da CIM que não está nas contas, irei votar contra os documentos de prestação de contas, de acordo com o voto contra do meu município de Viseu na reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal de dezasseis de junho deste ano”. -----

--- Foi dada a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Abrantes, cuja intervenção se transcreve: -----

--- “É um facto que a questão da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu ainda não se resolveu, porque se fosse fácil já estaria resolvido. E não é por inoperância da Comunidade. Há, no entanto, que termos em conta que somos pessoas, humanos e temos de ter consideração por aqueles que pertenceram à Assembleia Distrital, mas que hoje não pertencem à CIM Viseu Dão Lafões. -----

--- Os nossos colegas das outras CIM’s na última reunião que tivemos, onde já tínhamos aprovado que o assunto fosse enviado para o TAF, no entanto não o quisemos fazer sem lhes dar conhecimento. Na comunicação então que fizemos que íamos avançar para o TAF foi-nos pedido para eles estudarem o assunto e apresentarem-nos uma proposta. -----

--- A proposta foi apresentada há cerca de dois meses e em que chegámos à conclusão que não vinha adiantar muito ao que tínhamos estudado e sido apresentado e resolvemos avançar. -----

--- Assim, o que posso informar é que neste momento já foram enviados ofícios a todas as câmaras para se pronunciarem sobre as dívidas que têm para com a Assembleia Distrital e logo que tenhamos a resposta de todas as câmaras o processo será apresentado ao TAF. -----

--- A verdade é que não sabemos se as dívidas que existem na contabilidade são ou não cobráveis. -----

--- Esperemos que seja a última vez que no momento de prestação e contas estejamos a falar disto. Bem, a não ser que o tribunal demore tanto tempo a dar resposta como foi o Senhor Secretário de Estado que volvido mais de um ano quando o questionámos diretamente sobre a

resposta ao nosso pedido de esclarecimento aquando de uma reunião em Carregal do Sal, ele foi perentório a responder que não contassem com resposta nenhuma porque não a iria dar”.

----Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com quatro votos contra dos Senhores Deputados Manuel Teodósio, Ana Paula Santana, Mota Faria e Pedro Alves e a abstenção de Alberto Ascensão.-----

----Declarações de voto:-----

----Foi dada a palavra o Senhor Deputado, Alberto Ascensão, cuja declaração de voto se transcreve:-----

----“A minha declaração de voto vai no sentido de ser solidário com o município de Viseu e não sendo indiferente à explicação que foi dada ao evoluir da situação através da CIM. Não há aqui qualquer questão que eu possa ou tenha de levantar às contas. Concordo com as contas, mas também sou solidário com o município a que pertença. -----

----É nesta medida que vai a minha abstenção e de ver a mágoa de Viseu de ver as coisas como estão tendo as contas relativamente à Assembleia Distrital a seu desfavor por causa da indefinição que me parece que está a evoluir no sentido de se resolver mais proximamente.” --

----Foi dada a palavra o Senhor Deputado, Pedro Alves, cuja declaração de voto se transcreve:

----“É para anunciar que o meu voto contra vem ao encontro daquilo que já foi feito nos anos anteriores e porque esta questão da universalidade ainda não está resolvida e na Assembleia Municipal de Viseu voto favoravelmente as contas da câmara que são no entendimento contrário ao que aparece nas contas da CIM nesta Assembleia Intermunicipal. -----

----Não há outra razão e enquanto esta situação não ficar totalmente clarificada, naturalmente, que dificilmente conseguiremos ter aqui uma aprovação unânime das contas.” -----

----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---- Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2020, de acordo com a Informação de Serviço n.º 425/2020, de 8 de junho, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do nº 1 do artigo 23º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões. -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve:-----

Assembleia Intermunicipal

----“De uma forma rápida, esta alteração ao mapa de pessoal não tem muito substancial relativamente ao mapa de pessoal que foi aprovado em novembro para efeitos de orçamento ordinário.-----

----Tem basicamente a ver com alterações no domínio da proteção civil intermunicipal, mais relacionado com os assistentes operacionais da brigada de sapadores florestais em que têm entre os postos ocupados e os postos a prover. -----

----Por outro lado, tem uma alteração em duas unidades de postos de trabalho que foram preenchidos e que passaram para ocupados em vez de estarem a prover”. -----

----Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---- Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2020, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões. -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, Paulo Almeida, cuja intervenção se transcreve: -----

----“É uma situação habitual para quem já conhece estas lides. Após a aprovação das contas há sempre a incorporação do saldo da gerência do ano anterior. Tem também associada algumas reprogramações de projetos. -----

----Passava a palavra ao Senhor Secretário Executivo para algumas informações complementares”. -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve:-----

----“O Senhor Presidente já disse quase tudo e na informação distribuída aos Senhores Deputados isso vem de uma forma muito clara e detalhada, nomeadamente com mapas e quadros em cada um dos projetos a plasmar para onde foi mobilizado as verbas do orçamento ordinário.-----

----Tem a incorporação do saldo de gerência. Noutra aspeto tem reprogramações de projetos que estavam em execução por via do COVID-19, já que saíram orientações da CIC – Comissão Interministerial do Portugal2020, autorizando as Comunidades Intermunicipais e os municípios

e todos os executores de fundos a poderem reprogramar os seus projetos, inclusivamente para além do tempo e do prazo definido em aviso de concurso. -----

--- Por outro lado, aproveitámos para inscrever projetos com alguns valores residuais que já os candidatámos ou outros que sabemos que vamos candidatar até ao final do ano em função da abertura dos avisos de concurso”. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Quanto ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e ratificação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da proposta de deliberação de submissão à Assembleia Intermunicipal, para ratificação na próxima sessão a realizar, a autorização de reprogramação do PPI 2020 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referentes aos anos de 2022, 2025 e 2026 para a aquisição de um “Sistema de integrado de videovigilância para a prevenção de incêndios florestais nas Comunidades Intermunicipais da Região de Coimbra e Viseu Dão Lafões”, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Abrantes, cuja intervenção se transcreve: -----

--- “Tal como está na proposta do ponto é para reprogramação do PPI 2020 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referentes aos anos de 2022, 2025 e 2026 para a aquisição de um “Sistema integrado de videovigilância para a prevenção de incêndios florestais nas Comunidades Intermunicipais da Região de Coimbra e Viseu Dão Lafões”. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido ratificada por unanimidade. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Quanto ao **sétimo ponto da ordem de trabalhos** - Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 09 de novembro de 2019 e o dia 29 de maio de 2020, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 25 de novembro de 2019, de acordo com a

Assembleia Intermunicipal

Informação de Serviço nº 430/2020, de 8 de junho, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Abrantes, cuja intervenção se transcreve: -----

--- Pouco há a dizer, foi distribuída a listagem e como é normal os pagamentos não se fazem só num ano e têm de ter a autorização da Assembleia. -----

-- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente considerou como tomado o respetivo conhecimento da listagem. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Abrantes, cuja intervenção se transcreve: -----

--- “No que concerne ao voto de louvor, eu penso que já referi tudo e o trabalho que foi aqui demonstrado hoje nesta Assembleia e que tem sido demonstrado em todas as outras assembleias é um trabalho que se deve sem dúvida alguma a todo o grupo da CIM. Penso que é um trabalho de louvar. -----

--- Ficou aqui bem demonstrado, mesmo na apresentação das contas todos os projetos em funcionamento e outros em fase de iniciação, como é o caso da Ecopista do Vouga, o Sistema Integrado de Videovigilância. -----

--- Portanto são projetos de grande interesse e de valia para a região e isso sem dúvida alguma deve-se ao trabalho de todo o pessoal que está na CIM. -----

--- O Conselho apresenta aqui um voto de louvor e os Senhores Deputados dirão se é merecido ou não, deixando à V/ apreciação”. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa cuja intervenção se transcreve: -----

--- “Mesmo estando às vezes em desacordo, reconheço que o trabalho tem sido importante e bem desenvolvido e reconheço acima de tudo uma coisa: a informação que nos foi hoje presente sobretudo da atividade desenvolvida, a informação sobre as contas, foi a informação mais detalhada, mais bem estruturada que nos apareceu, neste período em que estou na Assembleia e isso é de facto prova de que tem havido um excelente trabalho. -----

--- Queria-me penitenciar perante vós porque há pouco fiz uma coisa em que não me lembrei que havia uma tradição nesta Assembleia e por isso assumi aquela posição. Se lerem o nosso regimento não diz especificamente em lado nenhum, nem isso foi o objetivo quando estas coisas foram pensadas, de que no período de antes da ordem do dia dedicado aos membros da Assembleia, o órgão executivo intervém. -----

Assembleia Intermunicipal

--- O que nós fizemos foi desvalorizar o período das atividades do Secretário Executivo que a seguir vem na informação escrita. -----

--- Este voto de louvor acho claramente que é merecido".-----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou o voto de louvor a votação tendo sido aprovado por unanimidade e aclamação. -----

--- Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte horas, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pela Secretária da mesma. -----

